

Editorial

A produção desta edição da Revista Educação e Emancipação culmina com todo um movimento de discussão que encaminha a produção do Plano Nacional de Educação - PNE, 2024-2034, por meio de conferências municipais, estaduais, distritais e a nacional, a qual reúne os debates e proposições produzidas nas conferências locais, a partir das contribuições advindas das sínteses produzidas pelos fóruns estaduais, sob a coordenação e articulação do Fórum Nacional de Educação. A Conferência Nacional de Educação- CONAE teve como tema principal – "Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantir a educação como um direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável". Esse movimento envolveu profissionais da educação, estudantes, pesquisadores, professores pertencentes a diversos espaços acadêmicos, entidades científicas, de classe, movimentos sociais.

A Conferência Nacional foi convocada extraordinariamente pelo Decreto Lei 11.697/23, determinando em seu parágrafo primeiro, do art. 1º que:

§ 1º A realização da Conae tem como finalidade o desenvolvimento da educação nacional, com gestão democrática, inclusão, equidade, diversidade e qualidade social, a partir da defesa do Estado Democrático de Direito, da Constituição e da educação como um direito de todas as pessoas.

Foi realizada em Brasília – DF, no período de 28 a 30 de janeiro de 2024 e organizada em sete eixos, discriminados no **Documento Referência**, debatidos em colóquios e nas plenárias, que analisaram as emendas propostas ao referido documento, oriundas das etapas que precederam a CONAE desenvolvidas nos Estados, Municípios e no Distrito Federal.

Fica, portanto, evidente que a CONAE é um instrumento essencial na construção do Plano Nacional de Educação para o período 2024 – 2034. Nessa etapa nacional, a perspectiva foi realizar uma avaliação do contexto educacional, envolvendo a implementação do atual PNE, além de discutir e produzir diretrizes, metas e estratégias para essa década, bem como

identificar desafios e necessidades da educação e, nesse sentido, subsidiar a elaboração do PNE.

Todo esse processo, que envolveu a participação ativa de vários segmentos da educação, movimentos sociais, sem dúvida contribuiu também para a construção de elementos que servirão de embasamento para a elaboração e implementação dos planos de educação, em âmbito municipal estadual e distrital, fomentando assim uma articulação entre estes e ainda uma maior convergência das necessidades e expectativas por educação pública com qualidade socialmente referenciada, o que exigirá o fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas.

O debate amplo e democrático que presidiu a CONAE demonstra o firme propósito do governo atual em reconstruir esses espaços de escuta e participação ativa da sociedade na definição de políticas que alcancem efetivamente o projeto de formação humana almejado, em que se defende o direito à educação para todas as pessoas e, sobretudo, representa o compromisso com a educação pública.

Esse momento é um marco histórico na educação, especialmente por resgatar o debate público, definir políticas para a educação, colocando-a no conjunto das prioridades.

Pesquisas e seus resultados são fundamentais nesse processo, eis o que apresenta esta edição da Revista Educação e Emancipação, representando dessa forma, um forte convite para acessá-la e realizar profícuas leituras.

Lélia Cristina Silveira de Moraes

Professora associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação Brasileira. Editora da Revista Educação e Emancipação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA

REFERÊNCIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 11.697, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 . Convoca, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2024. Brasília, 11 de setembro de 2023